



Epistemologia e Metodologia na Análise Geopolítica de António Bessa

*Epistemology and Methodology in Antonio Bessa's Geopolitical
Analysis*

*Epistemología y metodología en el análisis geopolítico de Antonio
Bessa*

Morgado, N.

Nuno Morgado ¹

¹ Universidade do Minho, Centro de Investigação em Ciência Política, Braga, Portugal.

morgado.researchprojects@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9354-2700>

Recebido: 02/11/2024; Aceito: 11/02/2025; Publicado: 21/02/2025

DOI: [10.26512/2236-56562025e55986](https://doi.org/10.26512/2236-56562025e55986)

RESUMO

Os objectivos deste artigo são eminentemente conceptuais e operacionais, orientados para a missão de manter o pensamento bessiano vivo. A pergunta de partida deste estudo pode ser formulada nos seguintes termos: *como ler o Olhar de Leviathan de modo a dele extrair ensinamentos teóricos e metodológicos para a análise de política externa e internacional?* O texto é estruturado em três partes dedicadas a: (1) sistematizar alguns aspectos filosóficos e epistemológicos essenciais, (2) voltar a atenção para os fundamentos teóricos do assunto e (3) listar as necessidades e tarefas metodológicas. Dados os modestos objectivos, não houve grande preocupação com a originalidade. Ao invés, o artigo foi pensado tão-somente como um “mapa” dos conceitos e pensamento bessiano, com o propósito de ajudar os estudiosos da política externa (alunos e investigadores), fornecendo-lhes um conjunto de conceitos e de passos metodológicos, que estes podem aplicar dedutivamente nas suas pesquisas sobre a política externa dos estados e daí extraírem uma maior capacidade explicativa do assunto.

Palavras-Chave: Epistemologia, Teoria, Conceitos, Metodologia, Política Externa, Geopolítica.

ABSTRACT

The objectives of this article are predominantly conceptual and operational, focused on the mission of keeping Bessian thought alive. The research question of this study can be formulated in the following terms: *how to read O Olhar de Leviathan to extract from it theoretical and methodological guidelines for the analysis of foreign policy and international politics?* The structure of the article consists of three parts: (1) systematizing some essential philosophical and epistemological aspects, (2) theoretical foundations of the subject, and (3) listing the methodological requirements and tasks. Given the modest objectives of the article, there was no great concern with originality. Instead, the article was conceived simply as a “map” of Bessian concepts and thought, with the purpose of helping foreign policy scholars (students and researchers), providing them with a set of concepts and methodological steps, which they can apply deductively in their research on states’ foreign policy, and extract from it a greater explanatory capacity of the subject.

Keywords: Epistemology, Theory, Concepts, Methodology, Foreign Policy, Geopolitics

RESUMEN

Los objetivos de este artículo son eminentemente conceptuales y operativos, orientados a la misión de mantener vivo el pensamiento bessiano. La pregunta de partida de este estudio puede formularse en los siguientes términos: *¿cómo leer el Olhar de Leviathan para extraer de él lecciones teóricas y metodológicas para el análisis de la política exterior e internacional?* El texto está estructurado en tres partes dedicadas a: (1) sistematizar algunos aspectos filosóficos y epistemológicos esenciales, (2) dirigir la atención a los fundamentos teóricos del tema y (3) enumerar las necesidades y tareas metodológicas. Dados los modestos objetivos, hubo poca preocupación por la originalidad. En cambio, el artículo fue concebido simplemente como un “mapa” de los conceptos y el pensamiento de Bessian, con el propósito de ayudar a los académicos de política exterior (estudiantes e investigadores) proporcionándoles un conjunto de conceptos y pasos metodológicos que estos pueden aplicarse deductivamente en sus investigaciones sobre la política exterior de los Estados y de ésta extraer una mayor capacidad explicativa sobre el tema.

Palabras clave: Epistemología, Teoría, Conceptos, Metodología, Política Exterior, Geopolítica.

1. Introdução

Entre as obras e o contributo científico do Professor António Marques Bessa encontra-se a obra *O Olhar de Leviathan*. Este livro é dedicado a estudar os campos de saber da História Diplomática e da Política Externa dos Estados. Embora tenha sido escrito há um par de decénios – sendo a última revisão do livro pelo autor publicada em 2012 – a obra continua muito relevante do ponto de vista teórico e metodológico, justificando-se, desta forma, a importância deste artigo que resume e analisa as ideias bessianas fundamentais sobre este assunto.

Os objectivos deste artigo são, portanto, eminentemente conceptuais e operacionais, orientados para a missão de manter o pensamento bessiano vivo, independentemente do falecimento do Professor Marques Bessa em Agosto de 2022. A pergunta de partida pode ser formulada nestes termos: como ler o *O Olhar de Leviathan* de modo a dele extrair ensinamentos teóricos e metodológicos para a análise de política externa e internacional?

Desta forma, brota uma estrutura que deve começar por (1) sistematizar alguns aspectos filosóficos e epistemológicos essenciais. Na secção seguinte, (2) voltar a atenção para os fundamentos teóricos do assunto. E, por fim, (3) listar as necessidades e tarefas metodológicas. Embora, como se referiu, a obra crucial para o tratamento da análise bessiana de política externa e política internacional seja *O Olhar de Leviathan*, o artigo compreende um período temporal de 21 anos de produção científica de Bessa, desde 1993 a 2014.

O artigo foi pensado tão-somente como um “mapa” dos conceitos e pensamento bessiano, com o propósito de ajudar os estudiosos da política externa (alunos e investigadores), fornecendo-lhes um conjunto de conceitos e de passos metodológicos, que estes podem aplicar dedutivamente nas suas pesquisas sobre a política externa dos estados e daí extraírem uma maior capacidade explicativa do assunto.

2. Aspectos Filosóficos e Epistemológicos

Poder-se-ia afirmar, com alguma segurança, que uma metodologia bessiana de análise de política externa encontraria no seu princípio epistemológico a ideia de que “em Ciência tudo gira à volta de incertezas imponderáveis a que se chega, normalmente, por aproximações sucessivas” (Bessa, 2012, p.13). Portanto, o conhecimento científico é, em si mesmo, incerto – e sem a existência de certeza, resta, alternativamente, a dúvida. A dúvida torna-se o fulcro mesmo do conhecimento científico, condenado à auto-refutação eterna, perante o advento de novos factos, acontecimentos, ou de outros estudos inovadores que venham, sustentada e oportunamente, a contrariar os estudos passados, ora desactualizados. Trata-se claramente da ala popperiana.

Nesta linha, “é sempre possível aproximarmo-nos da verdade. Uma atitude aberta à crítica, à revisão dos conceitos operacionais, das explicações, das interpretações, das causalidades encontradas. Ter a noção clara que o saber adquirido é frágil e está sujeito à regra da crítica, a prova da verificação permanente, é possuir uma chave para abordar com coragem as questões e procurar com calma uma compreensão, que obviamente não é a compreensão” (Bessa, 2012, p.202). Ou, por outras palavras, “a realidade é sempre mais vasta e complexa que o modelo mais complexo e nunca se pode ter a absoluta certeza de ter escolhido as variáveis verdadeiramente significativas” (Bessa, 2012, p.67). Se não fica esquecido que “a apreensão da realidade varia em função do aparelho conceptual e instrumental de que dispõem os cientistas” (Bessa, 2014, p.88), também é de notar que os “factos que falam por si, mas necessitam de uma teoria explicativa” (Bessa, 1993, p.37) e, acrescenta-se ainda, que os factos têm, efectivamente, um papel na correcção das teorias (Bessa, 2012, p.8-12).

Em suma – e talvez até mais do que nas chamadas Ciências duras – há que igualmente se ter em conta que “nada é definitivo em Ciências Sociais” (Bessa 2012, p.181).

3. Fundamentos Teóricos

Cimentados aqueles aspectos preliminares e básicos relativos à filosofia da ciência, talvez o verdadeiro princípio bessiano – no assunto da pesquisa – seja a “definição de categorias úteis à investigação e suficientemente adequadas à realidade a examinar” (Bessa, 2012, p.187). A fim de encontrar essas categorias, Bessa procurou nos sólidos e bem estabelecidos campos da (1) geografia e da (2) história.

Na (1) Geografia (estendendo-se à Etologia), Bessa absorveu o conceito de territorialidade, preso às realidades do instinto e da hierarquia. Do mesmo modo, uma certa noção de continuidade territorial, “o conflito espreita nos lugares do costume” (Bessa 2012, p.20). A geografia tende a permanecer constante nos conceitos de espaço e circulação e, definitivamente, no conceito de posição geográfica. Por exemplo, as lamas da *Rasputitsa*, seja pelas chuvas de Outono ou pelos degelos da Primavera, atolaram os tanques de Hitler nas planícies euroasiáticas, como nos nossos dias atolam os tanques de Zelensky e Putin. Revela-se a importância da perspectiva diacrónica e de aprender com os erros dos antecessores, algo que Bessa compreendeu escassear em muitas ocasiões (Bessa, 2012, p.43).

Da (2) História, Bessa recolheu as finalidades da história diplomática: desde explicar as origens do sistema internacional actual, até ao contributo na feitura das políticas externas dos Estados. A perspectiva histórica é fundamental: desde Aymeric Chauprade e suas *longue durée*, até Pierre Renouvin e suas *forces profondes*, passando pela própria base do método geohistórico de Vicens Vives. Diacronia (Bessa, 2012, p.37) surge como a palavra-chave, ou seja, “o passado deve ser estudado para oferecer perspectivas para o presente e ajudar a encontrar soluções para problemas do nosso tempo” (Bessa, 2012, p.43). No entanto, Bessa observou cuidadosamente o falhanço da grande “previsão” de Paul Kennedy, tendo afirmado: “a interpretação histórica é condição necessária, mas não suficiente para fazer futurologia” (2012, p.62). A autoridade da História Diplomática e de seu objecto foram definidos com precisão (Bessa, 2012, p.47-63) – enquanto investigação da evolução das políticas externas ao longo do tempo,

Morgado, N.

com todas as suas ramificações bem para lá da diplomacia pura – e ficaram bem estabelecidos na abordagem bessiana. Por fim, não custa lembrar que, para Bessa, o correr da História não é “necessariamente progressista e positivo” (2012, 26).

A investigação prossegue para o tema da substância – ou natureza – da política externa, de acordo com Bessa.

Em primeiríssimo lugar neste ponto, o ensinamento de Franco Nogueira (Nogueira, 1979) de que, em política externa, “o que parece não é” (Bessa, 2012, p.14), já que “o campo da política externa é seguramente um desses casos exemplares em que a mentira reina sem contestação” (Bessa, 2012, p.30).

Se assim é, também convém abandonar esperanças normativas e aceitar que “as relações no mundo em que nos é dado viver não são as que deviam ser: são as que são” (Bessa, 2012, p.17). Continua vigente em Bessa, portanto, a indispensável separação aristotélica entre o estudioso (positivo) e o agente (normativo), separação essa que actualmente parece definhar, consumida pelo activismo radical em tantas cátedras universitárias, cobrindo agendas que se estendem da radical protecção do ambiente até normas para a intervenção do Estado nas opções íntimas de cada um.

Para além destas facetas, o campo das relações internacionais é necessariamente desigual – reencontra-se a categoria de hierarquia mencionada acima – e Bessa recorre-se de Therezinha de Castro para abordar o problema da hierarquia de poderes. A avaliação dos “objectivos alheios e as forças em presença” a que também Franco Nogueira se referia amiúde, como elementos fundamentais para começar a pensar sobre Política Externa. “Nunca se pode assumir que os países se encontram em pé de igualdade no sistema internacional e que são todos igualmente relevantes” (Bessa, 2012, p.58). Onde fica, por conseguinte, a igualdade legal dos Estados? As críticas a Bessa neste assunto são desapropriadas, pois Bessa não ignorou o papel do direito internacional – apenas alertou para que não houvesse “ilusões utópicas” a esse respeito (Bessa, 2012, p.18).

O Estado mantém-se como principal actor internacional no pensamento bessiano (Bessa 2012, p.35-73), embora se tenha de reconhecer o papel crescente

Revista Espaço & Geografia, v. 25, 2025 (DOI: 10.26512/2236-56562025e55986).

<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/index>

Morgado, N.

de organizações internacionais (como o Fórum Económico Mundial ou o Grupo Bilderberg) na esteira da formulação de políticas que, depois e numa escala descendente, acabam por encontrar nos meios do Estado – vulgo, especificamente, na lei, nos decretos de Governo, no sistema judicial, na Polícia, etc. – a forma de se fazerem obedecer. Exemplo recente concreto tivemos em quase todos os países no Ocidente, e demais lugares, com os lockdown como forma de reagir à “pandemia”. Bessa compreendeu a relevância dos actores internacional não-estatais, tendo listado os mais conhecidos (Bessa, 2012, p.72).

“A política externa é uma inevitabilidade. Ou se faz com as potencialidades reais desfrutadas à altura ou, então, é-se objecto de uma política externa intencionalmente formulada por outros Estados poderosos e longínquos ou pelo poder vizinho.” Bessa acrescentou a estas ideias a de que o isolamento é, *per se*, uma política externa (Bessa, 2012, p.66). Inevitável, portanto, a política externa é, em larga medida, a resposta dos Estados às imparáveis modificações e pressões do sistema internacional – uma noção bem cara ao realismo estruturalista. No entanto, Bessa aprofundou o assunto, tendo identificado uma dupla influência entre política externa e política interna: a primeira determina a segunda nos altos custos que podem surgir, mas a segunda pode influenciar a primeira por razões de popularidade ou poderosos interesses privados (Bessa, 2012). No que se refere a popularidade, a política externa produz muitos dos seus efeitos no médio prazo. Novas alianças políticas ou militares, novos pactos comerciais, irão demorar até se fazerem sentir na vida diária. Por isso não será surpreendente constatar que a Opinião Pública estará sempre mais interessada na política interna – bem mais imediata (por exemplo, taxas e impostos) – do que na política externa.

Quais as finalidades da política externa para Bessa? Sintetizo de um modo particular. A finalidade básica será a de garantir a sobrevivência e integridade territorial do Estado, enquanto a finalidade instrumental será a de aumentar o raio de acção do poder. Nesta, existirão três finalidades específicas: (i) segurança e influência política; (ii) sucesso económico; (iii) expansão cultural e criação da imagem. A (i) segurança e influência política estende-se das posições díspares de

Morgado, N.

“tímida defensiva” a “audaz ofensiva”, sendo o ponto básico e imutável – salvo exceções – o de garantir a sobrevivência, a independência, e a integridade do Estado. Como o poder e a segurança são relativos, não se torna possível verificar quando, ou se, esta finalidade específica foi ou está alcançada. Por isso, as medidas de alianças em blocos militares ou bilaterais, ou acumulação de poder militar interno, são também sempre relativas. A influência política está aqui igualmente intrincada. Trocas de contactos ou verdadeiras linhas de comando militares, políticos, técnicos, académicos constituem alguma da sua base material. A recolha de informações é assunto absolutamente vital. A segunda finalidade, (ii) sucesso económico, compreende aspectos como as linhas de abastecimento, quer de matérias-primas, quer de produtos, a defesa e expansão dos mercados, a protecção ao mercado interno contra eventuais ofensivas estrangeiras, a defesa da moeda, a análise de investimento do (e no) estrangeiro, a exportação, sanções económicas e a espionagem industrial.

Por fim, (iii) a expansão cultural e criação da imagem encontra, na sua essência, a língua, os eventos históricos, a arte, a moda, a tecnologia. Os institutos culturais e de língua, juntamente com fundações e os *mass media* de cada país, apresentam-se como o veículo dessa expansão cultural. Até os restaurantes e pastelarias podem servir neste esforço comum – o que se verifica nitidamente no caso português. Embora muito dispendiosa, no longo prazo, esta última é a finalidade mais eficiente, dado que uma vez se infiltrando no “como pensar” e “de quem mais gostar” teremos os resultados filtrados na política externa de outrem e, portanto, impacto nas duas finalidades anteriores. A propaganda fecha este assunto, dado que a ela cabe construir e manter uma certa imagem, quer do próprio Estado, quer de outros (aliados e inimigos) através de notícias, filmes, obras literárias, músicas, peças teatrais etc. (Bessa, 2012).

Rapidamente se vislumbra o ponto fundamental nesta problemática: “sem poder, não há capacidade credível para se opor ao mínimo interesse de um poder” (Bessa, 2012, p.85) e, nesta linha, “para mudar o equilíbrio contra a posição de grandes poderes instalados é preciso aplicar uma força incomensurável, que não está acessível aos pequenos e médios Estados

Morgado, N.

territoriais” (Bessa, 2012, p.86). Como já se afirmou, resta-lhes em larga medida, portanto, navegar da melhor forma as pressões do sistema internacional, dado que não há a capacidade de lhe alterar a estrutura¹. Deste modo, “as relações entre os poderes assentam em realidades mensuráveis e interesses conhecidos” (Bessa, 2012, p.115), ou seja, em potencial avaliável e objectivos concretos. Importa reconhecer que, nessa avaliação, existem bastantes dificuldades, “factores imprevisíveis” (e.g. “cálculos errados”, “falta de informação”, “informações falsas”) o que significa que, por muito que se estude e planeie, a política externa não vai certamente produzir efeitos a 100% (Bessa, 2012, p.124). Ainda assim, uma realidade é certa: um potencial fraco não augura nada de bom, pois “a fraqueza manifesta é, em si, um convite ao ataque” (Bessa, 2012, p.125).

Como teorizar esse potencial do Estado, relativo, mais forte ou mais fraco em cada momento histórico? Bessa chamou-lhe os “Fundamentos da Política Externa” (Bessa, 2012, p.135- 174), ou base real da política externa: “o poder existente” (Bessa, 2012, p.135) – isto é, o potencial – e a conjuntura (Bessa, 2012, p.135) – isto é, a distribuição de poder – com as suas oportunidades e ameaças, objectivos e ambições dos grandes e outros poderes. Bessa prosseguiu para a identificação das “bases do poder nacional” – a que eu tenho chamado, no âmbito de investigação da geopolítica neoclássica, de “factores geopolíticos”: a posição geográfica mundial do Estado (Bessa, 2012, p.139); população (Bessa, 2012, p.147-148 e p.154-160) incluídos tamanho (importando dos 15 milhões para cima), homogeneidade/heterogeneidade, unidade, taxas de fertilidade, urbanização; território (Bessa, 2012, p.148-154) compreendendo extensão, fronteiras, recursos, *choke points*, fertilidade dos solos, redes de comunicação; “massa crítica” (Bessa, 2012, p.160-162) combinando o território com a população e dando, desde logo, o início para o estabelecimento da hierarquia de poderes; factor económico (Bessa, 2012, p.162-167); e as capacidades militares (Bessa, 2012, p.167-174) já que “os interesses nacionais não podem dispensar um braço armado adequado à sua dimensão no mundo e à massa crítica do Estado” (Bessa, 2012, p.168). Em outra

¹ Insistindo neste assunto: “tais decisões [de política externa] podem ser inovadoras, mas na verdade a maior parte delas são meras respostas ao que os outros políticos estão a fazer no palco internacional” (Bessa, 2012, p.115).

Morgado, N.

obra, Bessa referiu-se a factores “físico, humano, recursos naturais, circulação, estruturas políticas e económicas, o efeito combinado território/população aglutinado no conceito de massa crítica (Bessa; Dias, 2007, p. 40). Esta formulação tem sido avançada por mim e outros autores no âmbito da geopolítica neoclássica.

É do resultado desta complexa equação que surge a realidade cardeal da hierarquia de poderes.

“A iniciativa oportuna, a originalidade, o pragmatismo político, uma diplomacia ágil, uma tradição de construção de poder e uma força bem aplicada, embora não façam milagres, causam terremotos” afirmou Bessa (2012, p.196). E daqui se infere um outro nível de variáveis, crucial como fundamento teórico da política externa, que respeita aos agentes geopolíticos.

Neste nível, é preciso notar primeiramente que os agentes da formulação da política externa são sempre uma minoria. Para além desse facto, deve lembrar-se que esses agentes são auxiliados por equipas técnicas especializadas em negócios estrangeiros. As decisões são condicionadas, entre outros aspectos, pelo conselho técnico, as tradições de continuidade na política externa, e a Opinião Pública (Bessa, 2012, p.73-74) – como também já se referiu. Bessa foi bem audacioso ao afirmar que são estes assessores, os peritos ou experts dos negócios estrangeiros em torno dos protagonistas, que “tomam as decisões” (Bessa, 2012, p.115). Outros investigadores não iriam tão longe, mas talvez não hesitassem em admitir que esses peritos condicionam as decisões quase absolutamente, no geral. Políticos de carreira, muitas vezes despreparados ou até incultos, não têm frequentemente a dimensão intelectual necessária para compreender o campo de forças que perante eles se apresenta. Nesta linha, John Locke e Charles de Montesquieu parecem ter acertado no alvo com a expressão Poder Executivo. Executa o quê, precisamente? Executa as leis e as ideias desenhadas pela *Intelligentzia*, essa verdadeiramente a fonte do poder no longo prazo, porque determina dessa forma todos os outros poderes. E isso tanto é válido para a política interna como para a externa. É, pois, sobre o trabalho intelectual que grande parte da pesquisa em política externa – se certa – deve incidir. “Tem

Morgado, N.

sido tradição assente instituir gabinetes de apoio técnico aos titulares dos órgãos de decisão. Deste modo, os políticos contam com a ajuda de gabinetes de estudo, equipas de especialistas, grupos treinados de informação secreta, que em princípio devem fornecer sistematicamente uma apreciação equilibrada sobre as matérias” (Bessa, 2012, p.116). “Na ignorância das conjunturas e dos poderes efectivos não é possível tomar decisões acertadas e úteis para a população” (Bessa, 2012, p.116). Estas são, por fim, as funções essenciais desses grupos de peritos, que se estendem aos serviços diplomáticos e aos serviços de *intelligence*.

Profundamente anti-marxista, Bessa notou que “a elite é o sujeito de história, enquanto a massa é objecto de história” (1993, p.206). Esse princípio foi também aplicado à política externa e à sua análise. A elite – ou, como prefiro designar, os agentes geopolíticos – são “o grupo de decisores [...], em última instância, o responsável pelas políticas e é ele que as coloca em marcha”, porquanto “as decisões são tomadas por pequenas equipas de peritos escolhidos que rodeiam um chefe indisputado e formam uma equipa decisória” (Bessa, 2012, p.191). Estes resultados representam um progresso relativamente a explicações ou teorias estruturais como o neo-realismo ou o neo-marxismo. O interesse nacional, por exemplo plasmado num conceito estratégico nacional, “acaba sempre prisioneiro dos interesses prioritários definidos pelo poder político instalado” (2012, p.99-100 e p.106) o que, não raro, dá azo à classe política para trair os interesses da maioria da população, os reais interesses nacionais – por vezes difíceis de identificar do ponto de vista metodológico, não apenas mas também, por causa da sua natureza normativa ou programática.

E assim se regressa ao tema dos condicionalismos na política externa (Bessa, 2012, p.118-121): “parâmetros estritamente pessoais e de ordem psicológica”, “o tempo e os prazos”, “valor e a capacidade dos decisores”, já que também é certo que “os responsáveis pela condução dos negócios estrangeiros não partem do vazio. A política externa do passado cria sempre um património de responsabilidades e direitos que não se podem atirar pela borda fora” (Bessa 2012, 115).

4. Necessidades e Tarefas Metodológicas

Nesta secção, o problema começa com o ser humano na qualidade de investigador e algumas exigências que lhe devem ser impostas, enquanto atitude ou comportamento. “O conhecimento tem que ser colocado em primeiro lugar, isentamente, com fontes acessíveis e verificáveis, susceptíveis de documentar essas escolhas decisivas” explicou Bessa (2012, p.20). Seguidamente, abertura à verificação e rejeição do “maniqueísmo, que não serve o espírito científico, nem o crescimento intelectual” (Bessa, 2012, p.13). O investigador deve ainda evitar usar “os conceitos da moda intelectual, do politicamente correcto, da ideologia política certa” (2012, p.8), deve pensar com autonomia (perante os *media*, as ideologias hegemónicas, a propaganda, ou até a pressão mesma do Estado e sua administração – ainda que em democracia) a fim de poder avaliar as situações na maior liberdade possível.

A existência do “problema da neutralidade axiológica” (Bessa, 2012, p.59) está confirmada, mas este problema pode ser atenuado, ou até resolvido, com o necessário e possível desapeço para com as ideologias e as relações políticas, ao pegar na caneta (ou premir o teclado) para se explicar algum problema político do ponto de vista científico. “Ética e rigor” tornam-se vitais para a explicação, são indispensáveis ao método científico (Bessa, 2012, p.190). Por outras palavras, não é admissível ao verdadeiro cientista ser um propagandista, terá de fazer um esforço para a neutralidade, expondo claramente a sua posição “para que se conheçam os parâmetros valorativos” (Bessa, 2012, p.200). Bessa foi certo ao identificar que “o foco de batalha existe porque as perspectivas já se afastaram das preocupações científicas e agora fundem-se em visões ideológicas. E isso nunca foi bom para a ciência e o seu progresso” (2012, p.201).

Esta necessidade de verificabilidade e abertura da ciência tem várias implicações metodológicas, entre as quais (a) a prevalência dos acontecimentos e factos sobre os conceitos, corrigindo-os num quadro aberto à explicação e interpretação, (b) o facto de que ao estudo sério da política externa é precisa a teoria, documentação e factos, bibliografia especializada, interesse, e deixar espaço para as interrogações (Bessa, 2012, p.31), (c) uma inevitável “perspectiva

Morgado, N.

multidisciplinar” (2012, p.38), (d) o perigo dos estudos quantitativos nas Ciências Sociais e da ilusão de que “o Sistema retracta validamente a realidade social” (Bessa, 2012, p.8), e (d) “a complementaridade dos métodos é essencial. A abordagem estruturalista, a perspectiva teórica das relações internacionais, a visão funcionalista, a abordagem sistémica, constituem parâmetros de enquadramento da investigação a que nada há a opor e podem ter a sua utilidade em seus campos científicos” (2012, p.196).

Para responder à pergunta de partida neste campo, não há senão como colectar material de fontes. Essas fontes, que devem ser mostradas claramente, incluem: documentos diplomáticos ou oficiais, textos de convenções, tratados, memórias, biografias, autobiografias, livros brancos; relatórios de diplomatas, instruções públicas dos Ministros, diários, cadernos de notas, informações departamentais, protocolos, acordos, discursos significativos e declarações públicas dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros ou outros Ministérios ou protagonistas políticos, conclusões finais de conferências, cartas de responsáveis, suportes de *mass media* (Bessa, 2012). Quanto a memórias especificamente, estas devem ser alvo de cuidado extremo, dado que tendem a reescrever a História no intuito de elevar o seu autor. De notar ainda que “os documentos oficiais não podem ser recebidos sem crítica, nem entendidos sem o conhecimento aprofundado da conjuntura em que viram luz” (Bessa 2012, p.178). Daí a complementaridade e relevância de livros e artigos de especialistas neste tipo de estudos (Bessa 2012, p.181).

Nestes meandros de fontes e trabalho de pesquisa, referindo Michael Hunt, Bessa compreendeu notavelmente a real quezília (sobretudo norte-americana) entre os teóricos das Relações Internacionais e os académicos da História Diplomática – os primeiros olham com sobranceira para os segundos, esperando-os nos arquivos e na pesquisa *in loco*, a fim de compilar os seus resultados em monografias que, logo depois, os mencionados teóricos usam como fonte para a generalização sobre a política internacional (Bessa, 2012, p.60). Como Bessa bem identificou, as tarefas são complementares, portanto, não são mutuamente exclusivas. O investigador destas matérias – Política Internacional,

Morgado, N.

Política Externa, Geopolítica – deve sentir-se à vontade tanto no arquivo poeirento colectando factos (e.g. trabalho publicado largamente baseado em documentação de Karl Haushofer [Morgado, 2014]), como no pódio de palestrante de conferência ou escrevendo suas monografias dando conta dos seus resultados a seus pares, como, já agora, na cátedra Universitária ensinando os alunos.

Feitas estas considerações, o texto deve agora sumarizar os passos metodológicos concretos que Bessa sugeriu para a análise da política externa.

“A investigação deve começar pelas condições de formulação da política externa em termos teóricos e forçosamente gerais, mas sem abandonar uma perspectiva realista, que assenta na teorização possível, directamente, nas experiências observadas” assertou Bessa (2012, p.59). Isto implica imediatamente duas realidades: (1) o corpo teórico eleito é o realista, e (2) por isso mesmo, o ponto de partida da análise não é outro senão o sistema internacional, ou seja, a conjuntura ou a distribuição de poder. Dissertando sobre Merle, Bessa repetiu que a formulação e execução da política externa implica “uma reflexão profunda sobre as estruturas da conjuntura, a ordem internacional, a hierarquia das potências e a noção exacta daquilo que cada um vale” (2012, p.67). Por outras palavras, trata-se da variável independente do realismo – a análise do sistema internacional e a avaliação e comparação do potencial de cada Estado, segundo uma sequência de exigências metodológicas, subordinadas aos critérios gerais do método científico. Volta-se a uma mesma referência: “e é Franco Nogueira que tinha razão. O estudo global das conjunturas, das potências dominantes, dos modelos históricos acontecidos, ajudar a entender os ajustamentos” (Bessa, 2012, p.25). Torna-se crucial, portanto, “o estudo da génese das conjunturas, para a investigação da transformação da Ordem Internacional, e explicar o que significa, em termos de consequências, a mudança na hierarquia das potências e o que daí deriva para os Estados, enquanto organismos geograficamente situados” (Bessa, 2012, p.25). Essa tarefa implica: (1) “explicar historicamente a formação da conjuntura” (Bessa, 2012, p.26), quais origens mais remotas ou próximas se podem identificar como raízes da actual distribuição de poder internacional; (2)

Morgado, N.

“a necessidade de tratar os núcleos temáticos incontornáveis que se referem à formação e transformação da Ordem Mundial” (Bessa, 2012, p.27-28), como as políticas externas das grandes potências, e as de outros poderes menores, a fim de compreender os seus papéis na formação do sistema internacional e da globalização com os seus andamentos transnacionais; (3) “oferecer um corpo teórico inicial” (Bessa, 2012, p.29-30), que inclui indubitavelmente um conjunto de conceitos sem os quais a pesquisa científica na área não é possível: agentes, espaço, posição, recursos, estruturas económicas, políticas e militares, entre tantos outros – e claro, poder.

Espelhando a estrutura da secção anterior, é agora oportuno oferecer tarefas metodológicas para analisar também os agentes. Citando Renouvin, Bessa defendeu que há que estudar o carácter, os objectivos, as concepções do interesse nacional dos dirigentes (2012, p.57). Aliás, Bessa foi taxativo: os sucessos e fracassos da política externa dependem “do génio dos políticos” (2012, p.73). Consequentemente, constitui-se parte do objecto de estudo. Outros elementos na formação da política externa a analisar incluem: “peso da ideologia”, “peso dos caprichos dos dirigentes”, “o papel da razão de Estado, sempre interpretada pelos dirigentes”; e encontra-se a questão fundamental com que, por vezes, o investigador se defronta – ideologia versus interesses reais, e o efeito de prevalência que o segundo acaba por ter no primeiro com o passar do tempo (Bessa, 2012, p.112-115).

Na análise dos agentes, pode, da mesma forma, verificar-se se as políticas externas em marcha não estão “contra o interesse dos povos” que dizem servir (Bessa, 2012, p.31). Um tema que me é particularmente caro e sobre o qual já apresentei alguns resultados, tendo examinado casos do Brasil e de Portugal.

Bessa acrescentou ainda: “não é cientificamente possível acompanhar, com sentido crítico e compreensivo, a actividade estritamente diplomática do Estado sem atender às linhas tradicionais da sua política externa, sem apreciar as suas capacidades reais de intervenção, sem estudar as equipas que determinam o que se deve fazer, como e quando” (2012, p.37). Trata-se de realismo neoclássico puro. E, por fim, Bessa elucidou sobre a necessária e correcta identificação dos

Morgado, N.

agentes: “redobrada cautela em relação à enumeração categórica dos protagonistas reais, que costumam estar para lá dos formais, que todos conhecemos” (Bessa, 2012, p.72) Pode aplicar-se este enunciado ao estudo do sistema político para melhor identificar o agente político real. Na geopolítica neoclássica, disso depende a correcta identificação da percepção do agente, pois se o “agente” escolhido não for o acertado, todo o estudo ficará inquinado a jusante.

Em suma, na sua metodologia de análise da política externa dos estados, Bessa juntou à (1) variável independente realista “clássica” da análise do sistema internacional e a avaliação e comparação do potencial de cada Estado, uma outra (2) variável que compreende os agentes, as suas características psicológicas e caprichos, a sua ideologia, e as suas percepções sobre o poder, entre outros aspectos relevantes. Foi a partir destas bases que se tem desenvolvido a geopolítica neoclássica (ou analítica) como um dos quadros teóricos mais recentes e inovadores, para o estudo da política externa dos estados e da política internacional. Deste facto se infere a fecundidade do trabalho bessiano e dela se espera mais frutos vindouros.

5. Conclusões

O artigo procurou sistematizar algumas noções filosóficas, fundamentos teóricos e necessidades e tarefas metodológicas no estudo da política externa dos Estados, e da política internacional, de acordo com a abordagem bessiana.

Entre os aspectos mais inovadores e brilhantes desta abordagem, destaca-se a necessidade de dois níveis de análise (doméstico e internacional), a relevância das finalidades da política externa como bases orientadoras, e a dualidade entre os agentes formais e informais nas estruturas de poder (estatais e outras).

Para além destes aspectos, não é menos importante assimilar as ideias de provisoriedade e permanente refutação em Ciência. Sobretudo hoje, quando tantos tão facilmente caem na ideia falaciosa da autoridade moral e permanente

Morgado, N.

da Ciência, ideia essa que contradiz a natureza mesma do método científico. Como escreveu Bessa, “o saber científico é uma construção permanente para onde todos os estudiosos carregam a sua pedra aparada e cuja tarefa parece nunca ter fim à vista” (1997, p.137). Ou seja, a Ciência muda – pode e deve mudar – os seus resultados a qualquer instante, conforme a linha dos factos e das realidades.

Sobre Portugal, o nosso país em que “somos 10 milhões de pessoas num território muito pequeno e inevitavelmente mal governado com um mundo de oportunidades no Mar, que nem sequer sabemos gerir porque não temos frota adequada, nem portos aproveitados, nem construção naval que se recomende. Tudo não passa de miragens e escândalos intelectuais, que os dirigentes sem verbas encobrem e manipulam” Bessa (2012, p.171) notou, efectivamente, que a política externa tem sido longe de radiosa. E justificou com a seguinte razão de fundo, com a opção assimilada pelos agentes geopolíticos portugueses das últimas décadas: “a tendência dos Estados pequenos e fracassados e das suas elites para se tornarem protectorados inseriu-se na conjuntura actual como um dado adquirido na Europa da União e estender-se-á rapidamente a outras áreas” (2012, p.212).

Para analisar este e outro problemas, termina-se como o Professor Bessa começou o *Olhar de Leviathan*. Que se abra a Ciência Política em Portugal [e no Brasil] “sem grande alarde, sem colóquios financiados pelos organismos do Estado, sem grandes foguetes de lágrimas, sem subsídios, apenas com o trabalho insistente na espuma dos dias e na cinza das noites”.

Financiamento:

"Esta pesquisa não recebeu nenhum financiamento externo"

Morgado, N.

6. Referências Bibliográficas

Bessa, António Marques (1993). *Quem Governa? Uma análise Histórico-Política do Tema da Elite*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Bessa, António Marques (1997). *O Trabalho das Ideias*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Bessa, António Marques e Pinto, Jaime Nogueira (1999). *Introdução à Política, O Poder na História*, vol. I. Lisboa: Verbo.

Bessa, António Marques e Dias, Carlos Manuel Mendes (2007). *O Salto do Tigre, Geopolítica Aplicada*. Lisboa: Prefácio.

Bessa, António Marques (2012). *O Olhar de Leviathan – Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Bessa, António Marques (2014). *Ensaio sobre o Fim da Nossa Idade*. Oeiras: A Causa das Regras.

Morgado, Nuno. “Новое открытие теллуократической геополитики в Центральной Европе (К постановке проблемы научного подхода к немецкой школе геополитики)” *Politicheskaya Nauka* INION – Russian Academy of Sciences, no. 2 (Summer-Autumn 2014): 204-221.

Nogueira, Alberto Franco. *Diálogos Interditos – A Política Externa Portuguesa e a Guerra em África, Vol. 1*, Braga: Intervenção, 1979, p. XIII.

Outras obras do mesmo autor:

Bessa, António Marques (coord.) (1997). *Elites e Poder*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Bessa, António Marques (1998). *Utopia, Uma Visão da Engenharia de Sonhos*. Mem-Martins: Europa-América.

NOTA BIOGRÁFICA:



O Professor Catedrático António Marques Bessa nasceu a 29 de agosto de 1949 em Carapinheira, Montemor-o-Velho. Ensinou no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade de Lisboa) de 28 de maio de 1973 e 31 de março de 2019.

Licenciou-se em Ciências Sociais e Política Ultramarina pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, hoje ISCSP, e obteve o grau de doutoramento em Ciências Sociais, também pelo Instituto, em 1992.

Destacou-se como especialista em Teoria das Elites e foi o responsável pelo começo dos estudos em Etologia em Portugal. Foi também um erudito em Geopolítica, matéria em que deu grande contributo e brevemente introduzida neste artigo.

Herdeiro do projecto do Portugal Ultramarino, o Professor Bessa era um grande amigo do Brasil. Tinha particular apreço pelo pensamento de Therezinha de Castro.

Faleceu em Lisboa a 16 de Agosto de 2022.